

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Controladoria Geral do Município de Muniz Freire/ES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Muniz Freire/ES

Gestor responsável: Carlos Brahín Bazzarella

Exercício: 2017

INTRODUÇÃO:

O presente relatório compõe a Prestação de Contas Anual de Gestão da Prefeitura Municipal de Muniz Freire/ES, relativo ao exercício supramencionado, conforme disposto no artigo 3º, §3º da Resolução 227/2011 e na Instrução Normativa nº 043/2017.

O objetivo principal do Relatório de Atividades do Órgão Central de Controle Interno é demonstrar os pontos de controle analisados, os procedimentos de controle adotados, bem como as constatações e proposições sugeridas, visando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Segue abaixo relação dos pontos de controle objeto de análise desta Controladoria:


1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA:

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
1.1.1	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Balancete da execução orçamentária da despesa, Relatórios de empenho, liquidação e pagamento.

1.2. Gestão Previdenciária

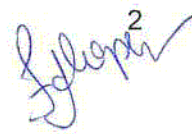
OBS: O Município de Muniz Freire/ES **NÃO** possui Regime Próprio de Previdência Social e está sujeito ao Regime Geral de Previdência Social.


1

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
1.2.1	Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal	Lei 8.212/1991	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Demonstrativo Mensal do valor da despesa liquidada e efetivamente recolhida de contribuições sociais patronais.
1.2.2	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Lei 8.212/1991	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Demonstrativo Mensal do valor retido de contribuições sociais dos servidores e efetivamente recolhidos.
1.2.3	Parcelamento de débitos previdenciários	Lei 8.212/1991	Verificar a existência de parcelamentos de débitos previdenciários e seu cumprimento.	Detalhamento do extrato de Parcelamento Simplificado de Contribuições Previdenciárias – Parcelamento nº 6227783629 (Descontado no FPM) Detalhamento do extrato de Parcelamento Simplificado de Contribuições Previdenciárias – Parcelamento nº 621953202 (Descontado do FPM) Comprovante de adesão de parcelamento junto à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 4ª Região – Número de Referência: 001.228.359 (Pagamento via DARF) Pedido de Parcelamento – protocolo nº 07.201.01-0/5623 – 27/07/2017 (em fase de consolidação)
1.2.4	Registro de Admissões	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não houve admissão de servidores efetivos nos últimos 07 anos.

1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de bens móveis, Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de bens imóveis, Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado - material de consumo, Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado - material permanente, Inventário anual dos bens imóveis, Inventário anual dos bens em almoxarifado e Inventário anual dos bens intangíveis.
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Lei Municipal nº 1.905/2007, Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de bens móveis, Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de bens imóveis, Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado - material de consumo, Demonstrativo analítico das entradas e saídas do almoxarifado - material permanente, Inventário anual dos bens móveis Inventário anual dos bens imóveis, Inventário anual dos bens em almoxarifado e Inventário anual dos bens intangíveis.

2


1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Termo de verificação de disponibilidades e Extratos Bancários.
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Termo de verificação de disponibilidades e Extratos Bancários.
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Balanco Patrimonial, Demonstrativo da Dívida Tributária e não tributária e Quadro auxiliar ao demonstrativo da dívida ativa.
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Relatórios de dívida ativa e relatórios dos débitos em execução fiscal fornecidos pelo Setor de Tributação, Demonstrativo da dívida tributária e não tributária e Quadro auxiliar ao demonstrativo da dívida ativa.

1.4. Demais atos de gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
1.4.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN TCE/ES Nº 43/2017	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Documentação que compõe a PCA.
1.4.2	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Lei Municipal nº 1.810/2006 e Lei Municipal nº 1.905/2007.

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR:

2.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
2.1.1	Execução de programas e projetos	FB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Lei Municipal nº 2.476/2016 (LOA), bem como suas alterações.
2.1.2	Realização de investimentos plurianuais	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano	Balancete da execução orçamentária da receita, Lei Municipal nº 2.476/2016 (LOA), Lei Municipal nº 2.469/2016 (LDO) e Lei Municipal nº 2.320/2013 (PPA), bem como suas alterações.

Assinado digitalmente

			plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	
2.1.3	Escrituração e consolidação das contas públicas	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Documentação que compõe a PCA.
2.1.4	Despesa – desvio de finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Balancete da execução orçamentária da despesa.
2.1.5	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Lei Municipal nº 2.469/2016, art. 27.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Legislação Municipal.
2.1.6	Despesa – subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Legislação Municipal e Convênios.

2.2. Gestão Patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
2.2.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Balanço Patrimonial, Balancete de verificação e Demonstrativo da dívida fundada.
2.2.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Demonstrativo da dívida fundada.

2.3. Limites legais e constitucionais

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
2.3.1	Transferências voluntárias – exigências	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Balancete da execução orçamentária da despesa.
2.3.2	Dívida pública – originalmente superior ao limite –	Resolução nº 40/2001 do Senado	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites	Relatório de Gestão Fiscal.

	redução do valor excedente	Federal, art. 4º, inciso I.	estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	
--	----------------------------	-----------------------------	--	--

2.4. Demais atos de Gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
2.4.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Decretos Municipais de nomeação.
2.4.2	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei Municipal nº 1.542/1999 Processos nº 343, 450, 461, 472, 501, 517, 523, 578, 645, 691, 692, 695, 854, 878, 1103, 1147, 1162, 1180, 1204, 1232, 1270, 1296, 1361, 1639, 1674, 1815, 1897, 1924, 1952, 1987, 2093, 2122, 2153, 2204, 2291 e 2469, todos do exercício de 2017.
2.4.3	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Resumo anual da folha de pagamento do exercício financeiro.
2.4.4	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Processo Administrativo nº 1110/2017.
2.4.5	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Relatório dos processos de contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação fornecido pela Procuradoria Jurídica.

AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Cumprir informar que não foram realizadas auditorias, uma vez que o órgão de controle interno, até a presente data, é composto apenas pela Controladora Geral.

O artigo 16 da Lei Municipal nº 2.310/2013 fixou o prazo de 02 anos para a realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno, o que não ocorreu devido ao alto índice de gasto com pessoal que impede o Município de realizar concurso público.

Desta forma, tornou-se totalmente impossível a realização de auditorias, uma vez que todas as atribuições do Órgão de Central de Controle Interno recaíram apenas sob a pessoa da Controladora Geral.

Diante da impossibilidade de realização de auditorias, esta Controladoria usou como meios de controle a análise dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), Balancetes, Balanços, demonstrações contábeis em geral, Processos Administrativos e Legislações Municipais, com posterior emissão de Relatório de Controle Interno apontando suas conclusões da referida análise.

No que diz respeito a análise dos pontos de controle acima mencionados, importa destacar que foi constatada a irregularidade abaixo discriminada:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.4.4	Pagamento de despesas com vencimentos, vantagens pecuniárias e não autorizados por lei específica.	Emissão de parecer opinando pela suspensão temporária dos pagamentos e encaminhamento de cópia integral do Processo Administrativo nº 1110/2017 ao TCE-ES para juntada no Processo nº 02736/2017-2 em trâmite no TCE-ES.	Aguardando posicionamento do TCE-ES.

Em relação aos demais pontos de controle não foram constatadas irregularidades, uma vez que as atividades da unidade gestora foram pautadas no princípio da legalidade, com resultados positivos quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.

Muniz Freire/ES, 14 de março de 2018.


FABÍOLA ALVES LOPES
Controladora Geral do Município
Decreto nº. 7.078/2017